

CUNHA, Paulo Ribeiro da. *O Campesinato, a Teoria da Organização e a Questão Agrária: apontamentos para uma reflexão*. São Paulo: Expressão Popular, 2012

Apresentação

FÁBIO FRANZINI *



Uma velha lição apresentada pelo crítico literário Antonio Candido ensina que “o que caracteriza a maioria dos prefácios é a falta de necessidade”. Afinal, ele continua, “ou o prefaciador resume o livro, ou produz um ensaio marginal a partir dele. Em ambos os casos, pouco pode fazer pelo texto, que vale ou não por si mesmo”.¹ Como estou de completo acordo com tais afirmações, vou arriscar nestas páginas uma saída que tenta ser nem resumo, nem ensaio, mas indicação e comentário de alguns dos muitos pontos luminosos oferecidos por Paulo Ribeiro da Cunha nesta sua coletânea de textos – modestamente chamados por ele de “apontamentos” – que agora vem a público.

De saída, cabe notar que o título do livro revela-se muito mais que um nome: trata-se da sua espinha dorsal, verdadeiro eixo articulador das partes e dos capítulos que o compõem. Das

inquietações de Marx e Engels, na Inglaterra do século XIX, à luta camponesa em terras goianas no miolo do século XX, o que se apresenta é um rico e complexo painel a respeito da reflexão e da ação revolucionárias que tomaram, em momentos diferentes e de diferentes maneiras, o campo como objeto e o campesinato como sujeito. Pode parecer simples, mas não é: em primeiro lugar, pela densidade inerente a cada uma das interpretações que Paulo Cunha escolheu analisar; depois, pelos pontos de contato e de afastamento que ele estabelece entre tais interpretações, às vezes de forma explícita, outras de forma velada; finalmente, e mais importante, pela postura deliberada em fazer desse diálogo com alguns autores fundamentais no terreno do marxismo um diálogo *verdadeiro*, isto é, não a mera repetição do que eles escreveram, e sim o questionamento crítico de seus escritos. É assim que o conjunto dos artigos, independentes em sua origem, ganham organicidade e força nesta reunião, que nada tem de casual, portanto.

A organização do livro só reforça isso. À primeira vista, pode parecer que as duas partes que o compõem são duas versões, a “internacional” e a “nacional”, de um mesmo tema. Nada mais enganoso. Embora cada uma possa ser lida de maneira autônoma sem problemas (o que, de certa forma, vale também para os capítulos), é fácil perceber que existe uma dinâmica entre

elas, a qual reflete a própria dinâmica das transformações do pensamento marxista no século XX, ao menos no que diz respeito à questão agrária. Paulo Cunha insere Octavio Brandão, Leôncio Basbaum e Nelson Werneck Sodré na mesma tradição de Lênin, Gramsci e Mao Tse Tung, demonstrando como todos eles, comprometidos de corpo e alma com o materialismo histórico-dialético, empenharam-se em analisar a realidade e em agir na realidade para encontrar respostas aos problemas mais urgentes de suas sociedades e, assim, transformá-las a fundo. Desta forma, mostra ainda como também no Brasil da primeira metade do século XX floresceu um pensamento marxista que, se teve seus problemas e equívocos (e Paulo Cunha não teme discuti-los), nem por isso deixou de ser vigoroso e, sobretudo, importantíssimo no contexto dos debates em que procurou intervir.

Tomadas em separado, cada uma das partes oferece seu eixo particular. No caso da primeira, “O campesinato na teoria da organização”, tal eixo se identifica a algo que talvez possa ser chamado, de modo um tanto simplista, de *descoberta*: a descoberta do *potencial revolucionário do campesinato* por alguns dos mais destacados revolucionários marxistas do século passado. Essa descoberta, é bom que se enfatize, nada teve de natural, como mostra Paulo Cunha: ao falar de Lênin, por exemplo (capítulo 2), ele diz que coube ao grande líder bolchevique “procurar entender o contexto histórico das massas camponesas no quadro específico em que foi feita a revolução russa e analisá-las em uma concepção marxista”. Ou seja, mais do que qualquer intuição ou “iluminação”, foi a força da História que se impôs, a força da história feita pelos homens em suas relações consigo mesmos e com a natureza. Não por acaso, dela nasceria

também, não sem dores, a consciência de que a organização revolucionária do campesinato era tão necessária quanto desafiadora, algo pouco presente nas reflexões originais de Marx e Engels, como mostra o capítulo 1. Aliás, me corrijo: *era*, não; *é* tão necessária quanto desafiadora, continua a sê-lo neste século XXI prestes a completar sua primeira década, uma vez que a questão agrária continua viva e candente pelo mundo, como nós, brasileiros, tão bem sabemos e Paulo Cunha não deixa de notar.

O fio condutor da segunda parte, “Agrarismo no pensamento social brasileiro”, por sua vez, está na *recorrência*: a recorrência do debate a respeito da *presença do feudalismo na formação histórica brasileira*. Mesmo produzindo interpretações substancialmente diferentes entre si, Octavio Brandão, Leôncio Basbaum e Nelson Werneck Sodré passaram pelo tema, decerto não por mera coincidência: intelectuais e militantes forjados na primeira metade do século passado, quando o Brasil rural ainda predominava sobre o Brasil urbano-industrial, eles tinham uma percepção muito mais sensível ao problema do campo que a de boa parte dos intelectuais e militantes de hoje, talvez a maioria. Para eles, compreender o país para transformá-lo implicava, necessariamente, considerar as permanências, as rupturas, as reformulações ocorridas nas relações e nos modos de produção que aqui tomaram forma ao longo do tempo – implicava, enfim, considerar a dinâmica entre o “velho” e o “novo”, algo que, no mundo rural, parecia pender mais para o lado do primeiro termo. Se *hoje* tal discussão é tida como superada e não raro vista como piada nos meios acadêmicos (sendo que Nelson Werneck Sodré, em especial, pagou um alto preço

por bancá-la), estes capítulos deixam evidente a sua pertinência para a reflexão e a ação marxistas em um momento em que a nação passava por mudanças tão sensíveis quanto profundas rumo à modernização capitalista. E, como tal modernização ainda não se completou, eles nos obrigam também a pensar até que ponto essa discussão foi superada por completo.

Ainda com relação a esta segunda parte, há que se observar que seu último capítulo escapa ao tema acima apontado, como se pode perceber já pelo seu título. Nem por isso, porém, se mostra fora de lugar ou sem sentido, muito pelo contrário: não poderia haver melhor fechamento para um livro como este. Ao analisar os sucessos e fracassos da luta camponesa em Formoso e Trombas, Paulo Cunha mais uma vez nos explicita, agora com um exemplo concreto, como os homens são sujeitos de sua história, isto é, como nós podemos transformar o mundo que nos cerca, como apontaram Marx e Engels quase dois séculos atrás.

Nesse sentido, a ação e a reflexão de homens e mulheres como José Firmino, José Porfírio, Dirce Machado, José Ribeiro, Geraldo Marques, Antônio

Granja entre muitos anônimos, que fizeram com que se encontrassem no norte goiano; muitos dos anseios, desejos e temores de Lênin, Gramsci, Mao, Brandão, Basbaum, Sodré e tantos outros intérpretes-militantes dedicados à questão agrária, bem como muitos dos anseios, desejos e temores daqueles que, ontem ou hoje, sonham com o seu pedaço de terra e um mundo mais justo. Diante de tal quadro, seria também muito fácil dizer que deveríamos aproveitar as “lições” dos acontecimentos de Formoso e Trombas; não podemos nos esquecer, entretanto, que a História não dá lições, nem que, quando ela se “repete”, é sempre como farsa, para citar o próprio Marx. Melhor é *pensar* sobre eles para *atuar* na realidade em que vivemos, a qual, seja onde for, nunca acontece longe demais.

Evidentemente, inúmeros outros aspectos deste livro ainda poderiam ser destacados, mas deixo agora ao leitor a agradável tarefa de descobri-los nas páginas que se seguem. Falta fazer apenas uma última observação, retomando a citação de Antonio Candido apresentada logo no início: espero ter deixado claro que o livro em suas mãos vale, e bastante, por si mesmo.

* **FÁBIO FRANZINI** é Professor do curso de História da Universidade Federal de São Paulo – Unifesp, *campus* Guarulhos.

¹ CANDIDO, Antonio. “Prefácio”. In: MICELI, Sergio. *Intelectuais à Brasileira*. São Paulo: Companhia das Letras, 2001. p. 71. O texto original, publicado no livro *Intelectuais e Classe Dirigente no Brasil (1920-1945)*, de Miceli, é de 1979.